

# DMA Distribuidora S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar  
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)  
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da  
**DMA Distribuidora S/A**  
Belo Horizonte – MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DMA Distribuidora S/A, (“Companhia”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira DMA Distribuidora S/A, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, chamamos atenção para o fato de a Companhia ter alcançado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os prejuízos acumulados no valor de R\$ 420.506 e capital circulante negativo de R\$ 618.752. Como a Companhia está em fase de reformulação de suas operações, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, irá depender do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela Administração. Estes eventos ou condições juntamente com outros fatores, são indicativos de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade operacional da Companhia, a qual dependerá do êxito das medidas relacionadas e praticadas pela Administração.

As demonstrações contábeis não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

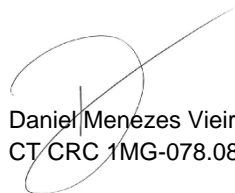
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2020



Daniel Menezes Vieira  
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# DMA Distribuidora S/A

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.322	115.639
Contas a receber	5	231.428	232.053
Estoques	6	499.716	391.665
Impostos a recuperar	7	41.734	34.668
Outros ativos	9	15.052	18.709
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>828.252</u>	<u>792.734</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Partes relacionadas	8	255.952	200.996
Outros ativos	9	147.982	51.842
Depósitos judiciais	16	10.044	10.785
		<u>413.978</u>	<u>263.623</u>
Imobilizado	10	375.736	286.079
Intangível	11	149.474	44.249
Direito de uso	12.1	416.058	-
		<u>941.268</u>	<u>330.328</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>1.355.246</u>	<u>593.951</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>2.183.498</u>	<u>1.386.685</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DMA Distribuidora S/A

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	585.753	567.800
Fornecedores	13	681.716	489.684
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	103.351	58.578
Outros passivos	15	16.301	20.177
Arrendamentos	12.1	59.883	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>1.447.004</u>	<u>1.136.239</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	355.374	330.841
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	87.629	93.359
Provisões para riscos	16	10.434	10.434
Partes relacionadas	8	323.632	216.267
Arrendamentos	12.1	357.131	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>1.134.200</u>	<u>650.901</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	17		
Capital social		22.800	22.800
Prejuízos acumulados		(420.506)	(423.255)
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<u>(397.706)</u>	<u>(400.455)</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>2.183.498</u>	<u>1.386.685</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DMA Distribuidora S/A

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receita líquida de vendas</b>	19	3.971.321	3.486.220
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	20 a)	(2.966.316)	(2.568.159)
<b>Lucro bruto</b>		----- 1.005.005	----- 918.061
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas, comerciais e gerais	20 b)	(828.886)	(814.888)
Amortização direito de uso	12.1	(68.452)	-
Outras receitas e despesas	22	22.621	15.252
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		----- 130.288	----- 118.425
<b>Resultado financeiro</b>	21		
Despesas financeiras		(213.330)	(174.905)
Juros sobre arrendamento		(30.556)	-
Receitas financeiras		123.350	63.915
		----- (120.536)	----- (110.990)
<b>Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social</b>		----- 9.752	----- 7.435
IR/CSLL	18	(7.003)	(4.761)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		----- <u>2.749</u>	----- <u>2.674</u>
<b>Lucro por ação</b>		----- <u>0,12</u>	----- <u>0,12</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## DMA Distribuidora S/A

### Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	2.749	2.674
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b><u>2.749</u></b>	<b><u>2.674</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DMA Distribuidora S/A

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	17	22.800	(425.929)	(403.129)
Resultado do exercício		-	2.674	2.674
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	17	----- 22.800	----- (423.255)	----- (400.455)
Resultado do exercício		-	2.749	2.749
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	17	----- <u>22.800</u>	----- <u>(420.506)</u>	----- <u>(397.706)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DMA Distribuidora S/A

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do IR/CSLL	9.752	7.435
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>		
Depreciações	48.679	36.390
Amortizações	25.453	16.471
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	13.627	8.199
Amortização direito de uso	68.452	-
Juros sobre arrendamento	30.556	-
Estorno fluxo de pagamentos contratos arrendamento	(98.051)	-
Provisão de impostos a pagar	(7.003)	(4.761)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.232	3
Contingências para demandas judiciais	-	(1.619)
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>		
Cientes	(607)	12.179
Estoques	(108.051)	(57.114)
Impostos a recuperar	(7.066)	(8.819)
Depositos judiciais	741	(698)
Outros ativos	(92.483)	(21.381)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>		
Fornecedores	192.032	104.893
Obrigações trabalhistas e tributárias	39.043	26.517
Outros passivos	(3.877)	(20.159)
<b>Caixa líquido proveniente das operações</b>	<u>112.429</u>	<u>97.536</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>112.429</u>	<u>97.536</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Imobilizado</b>		
<b>Intangível</b>		
Acrécimo do imobilizado	(139.570)	(117.084)
Acrécimo do intangível	(130.828)	(15.267)
Baixa do ativo imobilizado	1.234	1.403
Baixa do ativo intangível	150	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(269.014)</u>	<u>(130.948)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamento	634.733	788.213
Amortização de principal e juros empréstimos e financiamento	(605.874)	(760.265)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<u>28.859</u>	<u>27.948</u>
<b>Das atividades de financiamento com acionistas</b>		
Partes relacionadas	52.409	52.446
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas</b>	<u>52.409</u>	<u>52.446</u>
<b>Aumento (decrécimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(75.317)</u>	<u>46.982</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	115.639	68.657
No final do exercício	40.322	115.639
<b>Aumento (decrécimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(75.317)</u>	<u>46.982</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Companhia DMA Distribuidora S/A, deste ponto em diante denominada “Companhia”, sociedade anônima constituída em 14 de abril de 1997, com sede no município de Belo Horizonte – MG, atua no ramo de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância em produtos alimentícios.

Dispondo de uma estrutura com 148 lojas, das quais 130 operam no formato de varejo e 18 no formato de atacarejo, 06 centros de distribuição e uma Administração Central, a Companhia emprega atualmente, de forma direta, 14.695 funcionários nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia e almeja inaugurar, em 2020, pontos de venda em outras Unidades da Federação.

A Companhia é detentora da reconhecida e consolidada marca “Epa Supermercados” e atua exclusivamente no segmento varejista. Em consonância com as tendências do mercado varejista e em prosseguimento à política expansionista, em 2019 a DMA inaugurou 12 pontos de venda, dos quais 03 se tratam de lojas no formato de varejo, com a marca EPA (“Epa Supermercados”) e 09 novos pontos de vendas, no formato atacarejo, consolidando a participação de mercado da marca “Mineirão” no supracitado segmento.

Consubstanciado com seu plano de negócios e referida estrutura, a Companhia encontra-se em fase de reestruturação de suas marcas e atividades e apresenta, de forma recorrente, expressivo crescimento no volume de produção, bem como nas vendas. Com essa nova estrutura, a DMA voltou a apresentar consecutivos resultados positivos no ano de 2019, reafirmando a perpetuidade e força das marcas EPA e Mineirão no mercado.

A seguir o EBITDA ajustado (a) da Companhia demonstrando a geração de caixa no exercício:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro antes do IR/CSLL</b>	<b>9.752</b>	<b>7.435</b>
Despesa financeira	213.330	174.905
Despesa financeira arrendamento	30.556	-
Depreciação	48.679	36.390
Amortização	25.453	16.470
Amortização direito de uso	68.452	-
<b>EBITDA</b>	<b>396.222</b>	<b>235.200</b>

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria em reunião realizada em 05 de maio de 2020.

## 2. Políticas contábeis adotadas

### 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

#### 2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na legislação societária brasileira, bem como nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

#### 2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.2. Principais práticas contábeis

#### a) Receita de contratos de clientes

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes observa as normas contábeis aplicáveis (CPC/IFRS), de forma a evidenciar se os critérios de contabilização previstos em legislação foram ou não satisfeitos. Este novo processo de reconhecimento das supracitadas receitas compreende as seguintes etapas:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos relacionados acima, frisa-se que as receitas somente são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços (em momento temporal específico ou ao longo do tempo), em conformidade com cada contrato e obrigação de desempenho com o cliente. Os registros são realizados pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma, utilizando o método de efeito cumulativo, e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços.

A receita líquida é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente, conforme Nota Explicativa no 19.

#### **Venda de mercadorias**

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de venda para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro, e cartão, nas modalidades débito e crédito.

**b) Custos das mercadorias vendidas**

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras contempladas nos saldos de equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

**d) Contas a receber e provisão para perda de crédito esperada**

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas quando aplicável, da provisão para perda de crédito esperada, a qual é constituída considerando-se a avaliação dos créditos.

**e) Arrendamento**

Os contratos de arrendamentos transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil.

**f) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção. Para os casos de ativos qualificáveis, registra-se o valor líquido de depreciação acumulada. Com relação aos bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, registra-se o valor de provisão para redução ao valor recuperável.

A depreciação é computada pelo método linear, com base no custo de aquisição de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

**g) Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os fundos de comércio são mensurados ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **h) Tributação sobre a renda**

### **Tributos correntes**

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.000;
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

### **Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **i) Instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(3)** ativos financeiros disponíveis para venda; **(4)** empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

### **Ativos financeiros**

#### **1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

#### **2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

### **3) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

### **4) Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no caso da Companhia, compreendem as contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 5).

## **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

### **1) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

São classificados como passivos financeiros as contas a pagar para fornecedores, empréstimos e financiamentos. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Os empréstimos e financiamentos são contratados para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro e registrados considerando o valor presente, ou seja, total do empréstimo ou financiamento deduzidos os encargos a transcorrer.

### **2) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos tomados representam principalmente operações de giro e de aquisição de ativo imobilizado e são contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com as taxas contratuais.

### **3) Baixa de passivos financeiros**

A baixa de passivos financeiros acontece somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **j) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.



**k) Demonstrações do fluxo de caixa**

As demonstrações do fluxo de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração do Fluxo de Caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**l) Lucro (prejuízo) do exercício por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia. Não existem resultados diluídos a serem reportados, uma vez que não houve circulação e/ou negociação de ações.

### 2.3. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

**a) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

**b) Provisão para perda de crédito esperada**

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

**c) Provisão para perdas**

Nas movimentações de estoque ocorrem perdas inerentes ao processo, tais como aquelas decorrentes de problemas no transporte, no manuseio incorreto, na armazenagem, por deterioração ou qualidade, por excesso de produção própria, por vencimento do prazo de validade, por acondicionamento, por degustação de mercadorias e por furto de mercadorias em loja.

**d) Provisões para riscos**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

### 3. Normas contábeis

#### 3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

##### **IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” (CPC 06 R2)**

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações que determinam que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no balanço. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, uma estimativa de quaisquer custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data de início do arrendamento (líquidos de quaisquer incentivos recebidos), calculado a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares a partir da data de início do arrendamento até o final da vida útil do ativo do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. A Companhia também avalia a perda por recuperabilidade (*impairment*) quando tais indicadores existem.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente das contraprestações, descontados usando a taxa incremental de empréstimo da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos (inclusive em substância fixa), pagamentos variáveis baseados em um índice ou taxa de valores esperados a serem pagos sob uma garantia de valor residual e pagamentos decorrentes de opções razoavelmente determinadas a serem exercidas.

Após a mensuração inicial, o passivo será reduzido pelos pagamentos efetuados e acrescidos pelos juros incorridos. Caso necessário, o passivo é recalculado para refletir qualquer reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças nos pagamentos fixos em substância.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o ajuste correspondente é refletido no ativo de direito de uso, ou no resultado, se o ativo de direito de uso já estiver reduzido a zero.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Ao invés de reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, esses são reconhecidos como uma despesa no resultado pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento.

No balanço patrimonial, os ativos de direito de uso foram incluídos no ativo não circulante em grupo separado denominado “Direito de uso” e os passivos de arrendamento foram incluídos no passivo circulante e não circulante em grupos separados “Arrendamento mercantil”.

Todos os impactos e efeitos advindos dessa nova norma foram analisados pela Companhia e os efeitos encontram-se registrados e divulgados na Nota Explicativa nº 12.1 – Direito de uso – arrendamento mercantil.

##### **IFRIC 23/ICPC 22 – “Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro”**

“Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro” – emitida em maio de 2018, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativas às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. A IFRS 23/ICPC 22 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e não houve impactos materiais na adoção dessa interpretação.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e aplicações financeiras.

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	31.629	36.068
Aplicações financeiras	8.693	79.571
<b>Total</b>	<b>40.322</b>	<b>115.639</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e, são substancialmente, remuneradas com base em percentuais da variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), com taxa média anual de remuneração de 12% a.a.

#### 5. Clientes

##### a) Composição dos saldos por tipo de operação

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes	246.881	254.663
Cheques a receber	14.162	14.015
Antecipação cartão de crédito (*)	(15.558)	(23.797)
Provisão de cheques incobráveis	(14.057)	(12.828)
<b>Total</b>	<b>231.428</b>	<b>232.053</b>

(\*) Refere-se à antecipação de recebíveis provenientes de vendas a prazo com cartão de crédito.

A movimentação da estimativa de cheques incobráveis é apresentada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo em dezembro	(12.828)	(12.831)
Reversão	1	3
Constituição	(1.230)	-
<b>Total</b>	<b>(14.057)</b>	<b>(12.828)</b>

##### b) Composição dos saldos por idade de vencimento

	31/12/2019	31/12/2018
<b>A vencer</b>	<b>238.227</b>	<b>224.725</b>
Vencidos até 30 dias	4.474	13.706
Vencidos até 60 dias	2.381	5.305
Vencidos até 90 dias	1.286	3.882
Vencidos até 180 dias	509	1.896
Vencidos a mais de 180 dias	14.161	19.164
<b>Total</b>	<b>261.038</b>	<b>268.678</b>

## 6. Estoques

	31/12/2019	31/12/2018
Mercadorias para revenda	493.462	383.162
Material de expediente	6.254	8.503
	<b>499.716</b>	<b>391.665</b>

## 7. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a recuperar (b)	35.933	28.796
IR/ISS/PIS/Cofins a compensar	5.638	5.716
Tributos federais a compensar (a)	163	156
	<b>41.734</b>	<b>34.668</b>

- a) Referente ao Processo Judicial nº 0018606-12.2008.4.03.6100, valores de IPI destacados e cobrados indevidamente em operações comerciais da Companhia;
- b) Referente à restituição créditos de ICMS e Substituição Tributária de produtos adquiridos no Estado de Minas Gerais originados de fato gerador presumido que não ocorreu conforme Artigo nº 23 do Anexo XV do RICMS/MG. Créditos fiscais homologados junto a Secretaria Fazenda do Estado de Minas Gerais por meio do bloco 88 do Sintegra. A Companhia passou a creditar da rubrica já homologada junto a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem a expectativa de recuperar o saldo total a compensar no decorrer do exercício de 2020.

## 8. Partes relacionadas

As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>		
VM e Arantes Participações Ltda.	193.708	169.540
Sabará Emp. e Participações Ltda.	125	75
Outros	62.119	31.381
	<b>255.952</b>	<b>200.996</b>
<b>Passivo</b>		
Mútuo Supermercado BH	304.152	200.948
Outros	19.480	15.319
	<b>323.632</b>	<b>216.267</b>

### 8.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As movimentações de vendas e compras, registradas envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou por meio de distribuição de dividendos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

## 8.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.496 (R\$ 1.681 em 2018).

## 9. Outros ativos

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Tributos a compensar (a)</b>	142.967	49.833
<b>Adiantamento a fornecedores (b)</b>	10.811	14.278
Adiantamento a funcionários	2.429	2.096
Títulos de capitalização	5.016	2.010
Despesas antecipadas	1.765	1.856
Outros	46	478
<b>Total</b>	<b>163.034</b>	<b>70.551</b>
Circulante	15.052	18.709
<b>Não circulante</b>	<b>147.982</b>	<b>51.842</b>

- (a) Tributos a compensar referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins trânsito em julgado conforme Processo nº 2006.61.00.027407-3 e homologado pela Receita Federal do Brasil;
- (b) Composto por R\$ 10.655 referente a adiantamento a fornecedores de ativos empregados na construção de novas lojas e R\$ 156 a adiantamento para compra de vales-transportes no mês.

## 10. Imobilizado

### a) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	62.551	18.519	(540)	-	80.530
Máquinas e equipamentos	225.816	30.128	(177)	-	255.767
Móveis e utensílios	49.396	15.285	(12)	-	64.669
Instalações comerciais	-	-	-	-	-
Veículos	8.833	-	(1)	-	8.832
Equipamentos de informática	33.624	3.295	(44)	-	36.875
Imobilizações em andamento	330	544	(330)	-	544
Edificações em imóveis de terceiros	163.806	70.650	(130)	-	234.326
Outras imobilizações	(1.149)	1.149	-	-	-
	<b>543.207</b>	<b>139.570</b>	<b>(1.234)</b>	<b>-</b>	<b>681.543</b>

	% Taxa depr. a.a.	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/12/2019
Máquinas e equipamentos	10	(108.398)	(18.275)	-	-	(126.673)
Móveis e utensílios	10	(19.358)	(4.165)	-	-	(23.523)
Veículos	20	(7.268)	(834)	-	-	(8.102)
Equipamentos de informática	20	(27.319)	(2.423)	-	-	(29.742)
Imobilizações em andamento	20	-	-	-	-	-
Edificações imóveis terceiros	20	(94.785)	(22.982)	-	-	(117.767)
		(257.128)	(48.679)	-	-	(305.807)
<b>Saldos</b>		<b>286.079</b>	<b>90.891</b>	<b>(1.234)</b>	<b>-</b>	<b>375.736</b>

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixa	Reclassificação	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	34.669	28.799	(917)	-	62.551
Máquinas e equipamentos (*)	193.060	33.865	(800)	(309)	225.816
Móveis e utensílios	37.678	11.882	(164)	-	49.396
Instalações comerciais	-	-	-	-	-
Veículos	9.288	280	(735)	-	8.833
Equipamentos de informática	31.627	2.002	(5)	-	33.624
Imobilizações em andamento	330	-	-	-	330
Edificações em imóveis de terceiros	122.188	39.820	(96)	1.894	163.806
Outras imobilizações	-	436	-	(1.585)	(1.149)
	428.840	117.084	(2.717)	-	543.207

	% Taxa depr. a.a.	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixa	Reclassificação	Saldo em 31/12/2018
Máquinas e equipamentos (*)	10	(93.491)	(15.323)	416	-	(108.398)
Móveis e utensílios	10	(16.780)	(2.723)	145	-	(19.358)
Veículos	20	(6.283)	(1.591)	606	-	(7.268)
Equipamentos de informática	20	(25.079)	(2.244)	4	-	(27.319)
Imobilizações em andamento	20	-	-	-	-	-
Edificações imóveis terceiros	20	(80.419)	(14.509)	143	-	(94.785)
		(222.052)	(36.390)	1.314	-	(257.128)
<b>Saldos</b>		<b>206.788</b>	<b>80.694</b>	<b>(1.403)</b>	<b>-</b>	<b>286.079</b>

(\*) Há aquisições de máquinas e equipamentos através de *leasing*, com taxa de juros que variam entre 0,22% a.m. a 0,59% a.m. + correção pela CDI, perfazendo taxa de juros anuais com variação de 14,80% a 16,50%, com aval dos sócios.

## 11. Intangível

### a) Movimentação intangível

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Desenvolvimento de sistemas	956	-	-	956
Reorganização lojas ES	29.818	-	-	29.818
Fundo de comércio (a)	134.624	13.925	-	148.549
Fundo de comércio Makro (a)	-	115.000	-	115.000
Softwares	38.585	1.903	-	40.488
Marca patentes	27	-	-	27
Outros	784	-	(150)	634
	<b>204.794</b>	<b>130.828</b>	<b>(150)</b>	<b>335.472</b>

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Desenvolvimento de sistemas	10	(956)	-	-	(956)
Reorganização lojas ES	10	(29.818)	-	-	(29.818)
Fundo de comércio	20	(93.673)	(21.721)	-	(115.394)
Fundo de comércio Makro	5	-	(2.933)	-	(2.933)
Softwares	20	(35.727)	(799)	-	(36.526)
Marca patentes	10	(20)	-	-	(20)
Outros	10	(351)	-	-	(351)
<b>Total da amortização</b>		<b>(160.545)</b>	<b>(25.453)</b>	<b>-</b>	<b>(185.998)</b>

<b>Intangível líquido em 2019</b>	<b>44.249</b>	<b>105.375</b>	<b>(150)</b>	<b>149.474</b>
-----------------------------------	---------------	----------------	--------------	----------------

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Desenvolvimento de sistemas	956	-	-	956
Reorganização lojas ES	29.818	-	-	29.818
Fundo de comércio	121.501	13.123	-	134.624
Softwares	36.495	2.090	-	38.585
Marca patentes	21	6	-	27
Outros	736	48	-	784
	<b>189.527</b>	<b>15.267</b>	<b>-</b>	<b>204.794</b>

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Desenvolvimento de sistemas	10	(956)	-	-	(956)
Reorganização lojas ES	10	(29.818)	-	-	(29.818)
Fundo de comércio	20	(78.195)	(15.478)	-	(93.673)
Softwares	20	(34.734)	(993)	-	(35.727)
Marca patentes	10	(20)	-	-	(20)
Outros	10	(351)	-	-	(351)
<b>Total da amortização</b>		<b>(144.074)</b>	<b>(16.471)</b>	<b>-</b>	<b>(160.545)</b>
<b>Intangível líquido em 2019</b>		<b>45.453</b>	<b>(1.204)</b>	<b>-</b>	<b>44.249</b>

- b)** Os saldos das rubricas “fundo de comércio” se referem a pagamentos financeiros realizados pela Companhia e foram adquiridos de empresas tendo como fundamento econômico a rentabilidade futura. O valor recuperável foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) de cada transação referente aos fundos de comércio adquiridos. O valor recuperável estimado foi maior que o valor contábil dos fundos de comércio e, portanto, nenhuma redução ao valor recuperável foi necessária.

Para as aquisições realizadas no exercício de 2019, a Companhia identificou inicialmente os ativos adquiridos, baseado nos valores contábeis na data da transação, que poderão ser adicionados de outros itens reconhecidos em combinação, e/ou terem seus valores ajustados a valor justo quando da conclusão do laudo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos para alocação e determinação do custo de aquisição. Os possíveis ajustes de mensuração serão feitos de forma retrospectiva e deverão ser mensurados no máximo em um ano, a contar da data de mensuração, de acordo com o CPC 15 (R1).

## 12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2019	31/12/2018
Capital de giro <b>(a)</b>	19.543	108.489
Empréstimos bancários <b>(b)</b>	829.680	632.551
Conta garantida	11.238	70.884
Leasing <b>(d)</b>	66.182	69.269
Finame <b>(c)</b>	14.484	17.448
	<b>941.127</b>	<b>898.641</b>
Circulante	585.753	567.800
<b>Não circulante</b>	<b>355.374</b>	<b>330.841</b>

- (a)** Os valores de capital de giro são realizados para evitar atrasos nos pagamentos e fazer fluxo de caixa frente às vendas efetuadas a prazo, possuem taxas médias de juros anuais de 7,5%, acrescido da variação do CDI à média de 12%, e como garantia o aval dos sócios;
- (b)** Os empréstimos bancários, são utilizados para investimentos em aberturas de novas unidades e reforma das lojas atuais, possuem juros médios variando de 0,20% a.m. a 0,77% a.m. correção pela CDI, e são garantidos pela carteira de clientes “cartão de crédito”, além do aval dos sócios;
- (c)** O Finame é utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos. A taxa de juros é formada da seguinte forma: Variação da TJLP + 6% ao ano + 0,5% TAAC do valor contratado, perfazendo uma taxa de juros anuais em média de 14% ao ano. O prazo do Finame é de 48 meses, com aval dos sócios;
- (d)** Os empréstimos, sob responsabilidade da Companhia na modalidade de Leasing (Financiamento por meio de locação financeira para aquisição de Ativo Imobilizado), utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos, têm prazos de 12 a 60 meses, sendo o vencimento final em 2023, com taxas indexadas de 0,22% a 0,59% ao mês + correção pela CDI, perfazendo taxa de juros anuais com variação de 14,80% a 16,50%, também com aval dos sócios. O total dos futuros pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12.1.



Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as parcelas de curto e longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	217.491
2021	66.701	78.015
2022	72.684	26.078
2023	127.975	6.607
2024	88.014	2.650
	<b>355.374</b>	<b>330.841</b>

A Companhia possui um contrato de financiamento com cláusula restritiva (covenants). Em conformidade com a cláusula “7.3 a” do contrato de nº 1018065 junto à Instituição financeira Banco Santander (Brasil) S.A., a obrigatoriedade da apresentação dos índices de restrição (covenants) passa a vigorar a partir de maio de 2020. Portanto, sem efeitos para o exercício de 2019.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>862.494</b>
Captações	788.213
Juros provisionados	8.199
Pagamento principal e juros	(760.265)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>898.641</b>
Captações	634.733
Juros provisionados	13.627
Pagamento principal e juros	(605.874)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>941.127</b>

## 12.1. Arrendamentos

A companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2019, o IFRS 16/CPC 06 (R2) – *Arrendamentos* para reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar os registros dos seus arrendamentos financeiros, em conformidade com os esclarecimentos prestados na Nota Explicativa nº 3.1 “IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos”.

Os saldos atinentes aos arrendamentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados a seguir:

### Direito de uso

Classe de ativo	31/12/2019	01/01/2019
Imóveis	429.998	-
<b>Direito de uso</b>	<b>429.998</b>	<b>-</b>

### Movimentação direito de uso

Direito de uso (custo)	Imóveis	Veículos	Total
<b>Balanco 1º de janeiro de 2019</b>	-	-	-
Adoção IFRS 16	429.998	-	<b>429.998</b>
Adição	54.512	-	<b>54.512</b>
<b>Balanco 31 de dezembro de 2019</b>	<b>484.510</b>	-	<b>484.510</b>
Amortização	(68.452)	-	(68.452)
<b>Balanco 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(68.452)</b>	-	<b>(68.452)</b>
Direito de uso líquido	<b>416.058</b>	-	<b>416.058</b>

### Arrendamentos

Descritivo	31/12/2019
Arrendamento a pagar - circulante	59.883
Arrendamento a pagar - não circulante	357.131
	<b>417.014</b>

Descritivo	Em 1 ano	De 2 a 20 anos	Total
Pagamento da parcela principal	89.338	474.361	<b>563.699</b>
Custo financeiro da parcela	(29.455)	(117.230)	<b>(146.685)</b>
<b>Total</b>	<b>59.883</b>	<b>357.131</b>	<b>417.014</b>

### Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	% - Taxa a.a.
Até 2020	7,50%
2021 a 2022	7,50%

Descritivo	31/12/2019	31/12/2018
Contratos com prazo inferior a 12 meses	3.032	-
Contratos de baixo valor	860	-
	<b>3.892</b>	-

### 13. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores revenda	585.338	422.510
Fornecedores de serviços	30.603	26.700
Fornecedores de materiais	46.551	11.946
Fornecedores de produtor rural	11.860	4.330
Fornecedor Araújo	4.401	106
Fornecedor Simões	2.844	68
Fornecedores - transporte	106	3.055
Outros fornecedores	13	20.969
	<b>681.716</b>	<b>489.684</b>

## 14. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamentos INSS <b>(d)</b>	41.925	50.259
INSS a recolher <b>(i)</b>	34.578	6.727
Parcelamento ICMS <b>(c)</b>	31.128	36.527
Provisão de férias	28.561	25.979
Outras obrigações trabalhistas e tributárias <b>(f)</b>	16.112	4.265
Salários a pagar	9.572	8.464
Parcelamento IRPJ/CSLL <b>(g)</b>	7.834	-
IR/CSLL a recolher	6.825	6.598
Parcelamento especial <b>(b)</b>	5.067	136
ICMS	5.005	4.038
FGTS a recolher	2.313	2.112
IRRF a recolher	586	580
Parcelamento Cofins <b>(e)</b>	546	546
IRRF	464	447
Parcelamento PERT PRT <b>(h)</b>	385	385
Refis <b>(a)</b>	79	4.194
Cofins não cumulativa a recolher	-	680
	<b>190.980</b>	<b>151.937</b>
Circulante	103.351	58.578
<b>Não circulante</b>	<b>87.629</b>	<b>93.359</b>

A Companhia mantém parcelamentos de débitos tributários junto à Receita Federal do Brasil, Secretarias de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como no âmbito municipal, junto à prefeitura de Belo Horizonte. A Companhia está adimplente com os seus parcelamentos, suas certidões de débitos tributários Federais e Estaduais estão positivas com efeitos de negativa.

- a) Débitos junto à Receita Federal do Brasil parcelados na modalidade Refis, compostos por dívida corrente no âmbito da RFB, débitos inscritos na PGFN, saldos remanescentes de Refis, Paes, Paex e Parcelamento Ordinário, em conformidade com a Lei nº 11.941/09;
- b) Parcelamento Especial nº 12.085383800.72 junto ao SICAF/MG. Referente à mudança de tributação de ICMS e substituição tributária de produtos. Com base na Resolução nº 4855/2015 Artigo 1º, o contribuinte deverá apurar o estoque de produtos, aplicar a nova alíquota e recolher a diferença tributária gerada por mudança de alíquota, tendo como embasamento legal a Resolução nº 4855/2015 Artigo 10º, a Companhia optou por parcelar o ST apurado do estoque;
- c) Parcelamento de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo. Saldos de débitos diversos negociado em 60 e 120 parcelas mensais, com correção anual conforme Valor de Referência Tributária do Espírito Santo (VRTE) e com previsão de término para março de 2022 e fevereiro de 2024 respectivamente;
- d) Reparcimento de INSS – Programa Especial de Regularização Tributária (PERT/PGFN) processo nº 624597008. Refere-se à parcela do empregador Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002. Acordado em 60 parcelas, apresentando quitação regular;
- e) Parcelamento junto à Receita Federal do Brasil, de nº 00710001300021713071809, de débitos da Cofins (Código Receita 5477: Cofins não cumulativa - Lançamento de Ofício / 3074: Cofins Multa de Ofício), negociado em 5 parcelas, fundamentado pela Lei 13.496/17, art. 2º, inciso III, “a”. Parcelamento liquidado por meio de compensações com créditos de base de cálculo negativa de CSLL (alíquota 9% – valor total de R\$ 45.566,51) e prejuízo fiscal (alíquota de 25% – valor total de R\$ 506.294,56);

- f) Contemplam o montante total de outras obrigações, os parcelamentos de débitos de IPTU junto à Prefeitura de Belo Horizonte, tributos estaduais (ICMS, DIFAL e Fundo de Combate à Pobreza), impostos federais (PIS, INSS, IOF, IPI), provisões de 13º salário, rescisões, pensão alimentícia, contribuição sindical, contribuição confederativa, PERT e parcelamentos diversos no âmbito federal.
- g) Parcelamento junto à RFB de débitos relativos a IRPJ e CSLL consolidados nos processos de nº 10.680-406767/2019-17 e 10680-750641/2019-79, negociados em 60 parcelas, apresentando quitação regular.
- h) Débitos previdenciários negociados em parcelamento ordinário junto à RFB, em conformidade com a Lei 10.522/2002, em 60 parcelas, previsão de quitação para março de 2020.
- i) Saldo total de R\$ 34.578 contempla montantes não recolhidos de INSS referentes ao exercício de 2019, bem como reparcelamento de saldos de débitos previdenciários relativos a exercícios anteriores.

## 15. Outros passivos

	31/12/2019	31/12/2018
Aluguéis a pagar	10.435	9.267
Antecipação recebíveis	3.934	3.934
Despesas consumo a pagar	337	731
Repasse doações	139	127
Obrigações com terceiros	-	3.530
Adiantamento clientes venda atacado	-	704
Outros passivos	1.456	1.884
	<b>16.301</b>	<b>20.177</b>

## 16. Provisão para riscos

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais, estão assim demonstrados:

Provisão para riscos	Saldo em 31/12/2017			Saldo em 31/12/2018			Saldo em 31/12/2019
	Adições	Reversões		Adições	Reversões		
Riscos judiciais	12.053	10.434	(12.053)	10.434	-	-	10.434
<b>Total</b>	<b>12.053</b>	<b>10.434</b>	<b>(12.053)</b>	<b>10.434</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.434</b>
<b>Depósitos judiciais</b>							
Cíveis	(5.268)	(8.768)	10.210	(3.826)	(2.180)	2.728	(3.278)
Tributários	-	(1.428)	-	(1.428)	(2.504)	-	(3.932)
Trabalhistas	(4.819)	(7.919)	7.207	(5.531)	(1.211)	3.908	(2.834)
<b>Total</b>	<b>(10.087)</b>	<b>(18.115)</b>	<b>17.417</b>	<b>(10.785)</b>	<b>(5.895)</b>	<b>6.636</b>	<b>(10.044)</b>
<b>Saldo líquido final do exercício</b>	<b>1.966</b>	<b>(7.681)</b>	<b>5.364</b>	<b>(351)</b>	<b>(5.895)</b>	<b>6.636</b>	<b>390</b>

Adicionalmente, esclarece-se que a Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão, pois a expectativa de perda em ações trabalhistas, no valor de R\$ 19.343, e nas esferas administrativa, cível de tributária, no montante de R\$ 8.620, é considerada possível, totalizando R\$ 27.963 em 31 de dezembro de 2019.

## 17. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 22.800.000 e está representado por 22.800.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto e com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

### b) Reserva legal

O estatuto social determina que a parcela de 5% do lucro líquido seja deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

### c) Destinação dos resultados

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001), podendo haver distribuições intermediárias, desde que os dividendos pagos em cada semestre não excedam o montante de reservas de capital o qual contém as destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi constituído reserva legal e nem foram distribuídos dividendos aos acionistas controladores sendo o lucro utilizado para compensação de prejuízo.

## 18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

### a) Tributos correntes

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	9.752	7.435
Resultado apresentado demonstração financeira de 2018	-	(12.053)
Adições e exclusões	10.915	18.692
Compensação - prejuízo exercícios anteriores	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	20.667	14.074
IR e CSLL às alíquotas vigentes (15% e 9%)	4.960	3.378
Adicional - imposto de renda	2.043	1.383
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	7.003	4.761
Taxa efetiva	0,72	0,64

## 19. Receita líquida de vendas

	31/12/2019	31/12/2018
Mercadoria de revenda	4.175.303	3.682.232
<b>( - ) Deduções da receita</b>		
ICMS	(90.243)	(80.907)
Cofins	(80.991)	(82.039)
PIS	(17.648)	(17.890)
Devoluções	(5.277)	(4.214)
Descontos	(9.823)	(10.962)
<b>Receita líquida total</b>	<b>3.971.321</b>	<b>3.486.220</b>

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de impostos de renda e contribuição social.

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 18%), impostos municipais, contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 1,65%) e à Cofins (alíquota de 7,6%), não cumulativos.

## 20. Custos e despesas por natureza

### a) Custo

	31/12/2019	31/12/2018
Custo da revenda	(3.187.867)	(2.806.860)
Bonificações e verbas	222.295	239.096
Perdas	(744)	(395)
<b>Total</b>	<b>(2.966.316)</b>	<b>(2.568.159)</b>

**b) Despesas administrativas e gerais**

	31/12/2019	31/12/2018
Gastos com pessoal	(408.584)	(384.595)
Depreciação/amortização	(74.239)	(52.860)
Utilidades	(72.549)	(62.358)
Prestação serviços pessoa jurídica	(44.060)	(37.326)
Fretes e carretos	(39.675)	(36.297)
Despesas de embalagens	(36.175)	(36.463)
Despesas de marketing	(29.241)	(23.957)
Impostos taxas e tributos	(25.020)	(22.866)
Indenizações	(18.354)	(5.311)
Materiais	(15.980)	(13.196)
Gastos diversos	(13.229)	(10.446)
Despesas indedutíveis	(9.489)	(7.576)
Gastos com veículos	(9.255)	(9.146)
Materiais de manutenção em geral	(8.091)	(6.763)
Gastos com informática	(6.664)	(4.072)
Perdas incobráveis	(5.842)	(3.108)
Viagens	(5.123)	(2.349)
Locações (a)	(3.892)	(94.577)
PDV's	(1.813)	(1.782)
Doações e brindes	(231)	(277)
Prestação serviços pessoa física	(182)	(1.182)
Outros	(1.198)	-
Provisão para despesa - processos judiciais	-	1.619
	<b>(828.886)</b>	<b>(814.888)</b>

(a) Compromissos arrendamento – Companhia como arrendatária: A Companhia arrenda máquinas, equipamentos e veículos, através de contratos de arrendamento operacional canceláveis. São contratos, geralmente, em valor inexpressível, com vigência inferior ou igual a 12 meses, não se enquadrando, portanto, nas regras estabelecidas pelo CPC 06/IFRS 16. Os demais contratos de locação são referenciados na Nota Explicativa nº 12.1, em conformidade com as normas vigentes.

## 21. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de empréstimos financiamentos	(153.647)	(107.150)
Juros sobre arrendamento (a)	(30.556)	-
Taxa administração cartões	(36.507)	(30.762)
IOF	(13.706)	(9.643)
Despesas bancárias	(4.632)	(3.645)
Multas	(813)	(19)
Descontos concedidos	(481)	(58)
Juros sobre mútuos	(3.545)	(23.628)
	<b>(243.887)</b>	<b>(174.905)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Correção monetária créd. tributário (b)	59.165	-
Descontos obtidos	60.384	53.358
Juros recebidos	1.903	9.202
Juros aplicações financeiras	1.898	1.355
	<b>123.350</b>	<b>63.915</b>
<b>Efeito líquido de resultado financeiro</b>	<b>(120.536)</b>	<b>(110.990)</b>

- (a) A Companhia possui contratos de arrendamento reconhecidos no balanço patrimonial como direito de uso do ativo arrendado e respectivo passivo o qual compreende os pagamentos futuros. O montante de R\$ 30.556 refere-se às despesas com juros sobre o referido passivo de arrendamento.
- (b) Refere-se à correção monetária de indébito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

## 22. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Demais receitas operacionais	34.065	20.711
Impostos sobre outras receitas operacionais (a)	(11.082)	(4.789)
<b>Total</b>	<b>22.983</b>	<b>15.922</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Perdas operacionais	(362)	(670)
<b>Total</b>	<b>(362)</b>	<b>(670)</b>
<b>Total</b>	<b>22.621</b>	<b>15.252</b>

- (a) O saldo de R\$ 11.082 compreende, preponderantemente, ao valor total do recolhimento de PIS/Cofins incidentes sobre receitas diversas.



## 23. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

### a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

#### Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

### b) Gestão de risco financeiro

#### Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos sócios.

#### b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

##### i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

#### b.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

### c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

## 24. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

## 25. Eventos subsequentes

Diante da situação global da pandemia de Covid-19 e com reflexo em praticamente em todos os setores econômicos, a Companhia está se preparando para as novas exigências no segmento, visando mitigar os impactos econômico-financeiros.

Até o fechamento do primeiro trimestre de 2020, os negócios da Companhia permanecem dentro da expectativa da Administração.

\* \* \*